

| BOLSAS                                   | BOVESPA                                                              | C-BOND                                                    | DÓLAR                                    | EURO                    | OURO                                       | CDB                             | INFLAÇÃO                                                                                         |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------|-------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Na segunda (em %)*                       | Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos) | Título da dívida externa brasileira, na segunda (em US\$) | Comercial, venda, segunda-feira (em R\$) | Turismo, venda (em R\$) | Oncía troy na Comex de Nova York (em US\$) | Prefeito, 30 dias (em % ao ano) | IPCA do IBGE (em %)                                                                              |
| +0,97<br>São Paulo<br>+1,62<br>Nova York | 13.291<br>13.402                                                     | 0,86<br>(▼1,50%)                                          | 2,885<br>(▲1,58%)                        | 3,329<br>(▲0,36%)       | 348,10<br>(▲0,06%)                         | 25,13                           | Janeiro/2003 2,25<br>Fevereiro/2003 1,57<br>Março/2003 1,23<br>Abril/2003 0,97<br>Maio/2003 0,61 |

**ARRECADAÇÃO** Empresários desejam que governo volte a cobrar impostos como na época da inflação baixa. Nesse período, eles tinham 60 dias para quitar suas dívidas com o Fisco. Ministério da Fazenda estudará a reivindicação

# Indústria pede prazo para pagar tributos

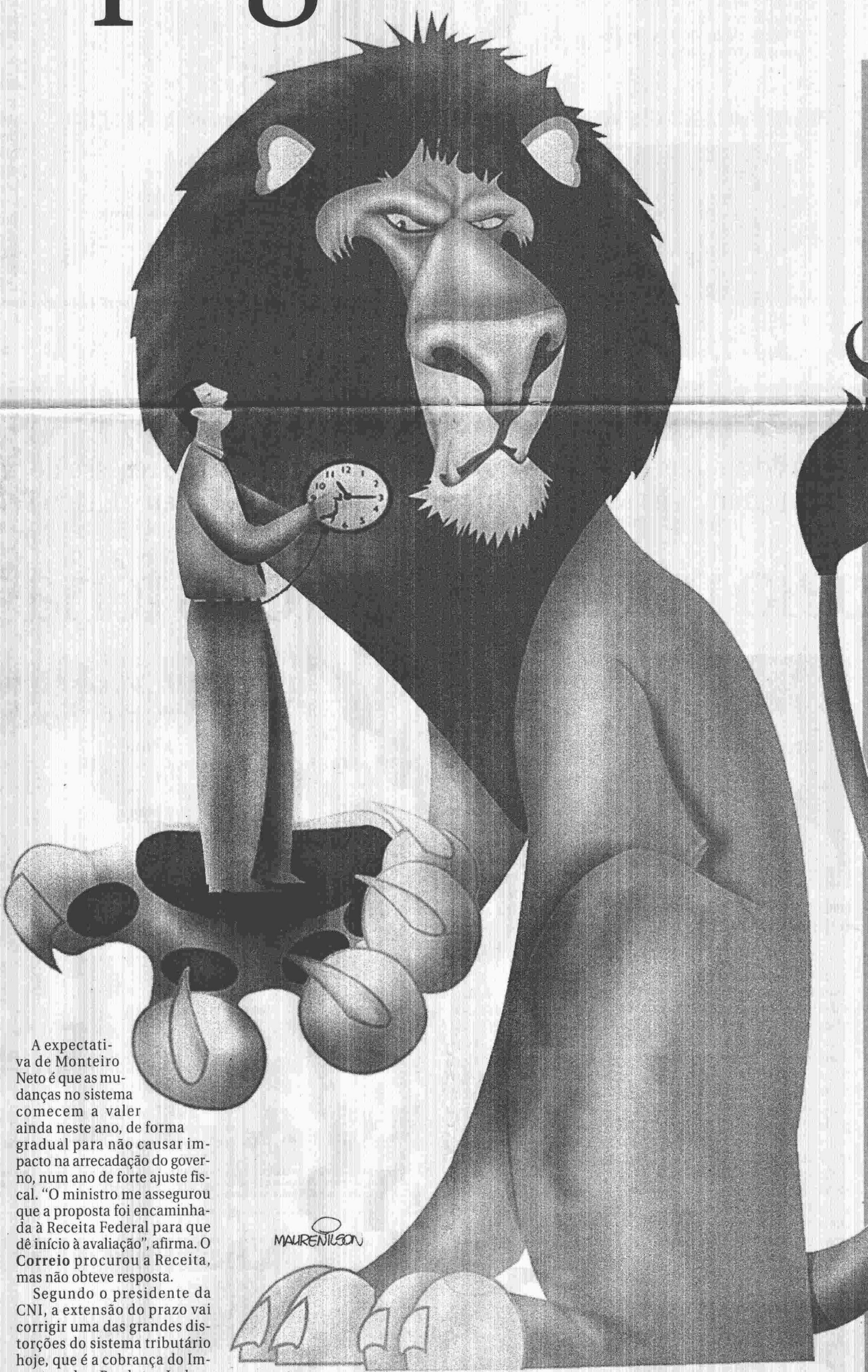
ANDREA CORDEIRO  
DA EQUIPE DO CORREIO

**E** stá nas mãos do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, uma antiga reivindicação dos empresários brasileiros: a extensão do prazo de pagamento de tributos federais. Hoje, as empresas pagam impostos e tributos dez dias a um mês depois de terem realizado a venda de uma mercadoria. O problema, alegam empresários, é que a venda da mercadoria é feita a prazo e esse valor só entra no caixa depois de 43 dias, em média. Antes mesmo de ver a cor do dinheiro, as empresas são obrigadas a recorrer a empréstimos bancários para pagar os impostos devidos. Quem não pode pegar empréstimos, perde o prazo do tributo e fica inadimplente com o Fisco.

A reivindicação foi feita por carta, na semana passada, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto. Em cinco páginas, o deputado federal e empresário explica que o custo da elevada carga tributária brasileira (35,86% do Produto Interno Bruto — PIB) não é a única mazela que acompanha o dia-a-dia de empresas e pessoas. Mas o sistema de cobrança desses tributos também. “Esse sistema não é compatível com os prazos de recebimento das empresas, obrigadas a recolher o tributo antes mesmo do efetivo recebimento pelas vendas”, justifica.

Segundo o presidente da CNI, o prazo ideal para pagamento de tributos é de 60 dias, tempo suficiente para que a empresa receba o valor da venda e pague os impostos sem ter de aumentar custos com capital de giro ou com empréstimos bancários. Com custos reduzidos, terão possibilidade de investir no negócio e pagar dívidas. Mas esse novo prazo, de 60 dias, não foi sugerido na carta. “Não importa agora. O que queremos é dar início a um movimento de retorno aos prazos antigos que comece no governo federal e alcance os estados e municípios. Vamos deixar que o governo decida como vai fazer as alterações”, explica.

**Hiperinflação**  
Na carta a Palocci, o presidente da CNI lembra que a hiperinflação do final da década de 80 fez com que o governo começasse a encurtar prazos de pagamentos de tributos — antes de 45 a 60 dias — para evitar perdas reais na arrecadação. Esse processo durou até 1995, quando a inflação foi domada. “Veio a estabilidade e ao invés de o governo voltar atrás na recomposição, os prazos foram mantidos. A diferença hoje é que o controle da inflação permitiu que as empresas realizassem vendas com pagamento para até 90 dias”, explica.



A expectativa de Monteiro Neto é que as mudanças no sistema comecem a valer ainda neste ano, de forma gradual para não causar impacto na arrecadação do governo, num ano de forte ajuste fiscal. “O ministro me assegurou que a proposta foi encaminhada à Receita Federal para que dê início à avaliação”, afirma. O Correio procurou a Receita, mas não obteve resposta.

Segundo o presidente da CNI, a extensão do prazo vai corrigir uma das grandes distorções do sistema tributário hoje, que é a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se uma indústria vende um produto, tem de pagar o imposto devido em dez dias úteis. Com um prazo curto, há empresas que pagam IPI três vezes por mês. Para reforçar o pedido ao ministro da Fazenda, Monteiro Neto acres-

centou na carta o resultado de uma pesquisa que a entidade fez com o segmento industrial. Na pesquisa, as empresas revelaram que eram necessários 43 dias, em média, para receber o valor de uma venda. “Hoje o

empresário tem que pagar o tributo antes do ciclo de sua venda completar. Esse sistema prejudica principalmente as pequenas empresas que têm sérios problemas de financiamento e vêem seu capital ser pressionado pelo

pagamento de tributos antes da venda realizada.” Mesmo com custo reduzido, Monteiro Neto diz que o prazo maior não resultará em preços menores para o consumidor porque a carga tributária continuará a mesma.

## Tributaristas apóiam pedido

A ampliação dos prazos para o pagamento de impostos é uma medida defendida pelos tributaristas, porque pode impulsionar a economia. De acordo com o professor de Direito Financeiro e Tributário Internacional da Universidade de Brasília, Antônio de Moura Borges, o sistema tributário deve evoluir junto com a economia do país e ser adequado ao sistema econômico. “No Brasil, a maioria esmagadora dos negócios é feita com venda a prazo e a cobrança de tributos deve seguir a prática comercial vigente. Do contrário, as empresas que já estão sem capital deixam de pagar impostos, contribuindo para o aumento na sonegação fiscal”, explica. Borges completa que a situação atual é ruim para o Estado, porque mina a atividade econômica.

Para o advogado tributarista da capital paulista, Douglas Yamashita, o prazo já deveria ter sido estendido pelo governo em 1995, quando a inflação foi controlada. “O sistema de hoje estranula a economia na medida em que há custo adicional para as empresas. O prazo curto se reflete em aumento disfarçado da carga tributária porque as empresas são obrigadas a pegar empréstimo para pagar esses tributos”, reclama.

“A CNI foi até muito razoável ao sugerir um período de transição para que os prazos sejam maiores. Não quiseram brigar com o governo porque sabem que, de início, haverá um pequeno sacrifício por parte da União. A arrecadação levará mais tempo para chegar. A compensação na arrecadação virá, a médio prazo, quando as empresas, com custo menor, aumentarem a produtividade e venderem mais”, avalia Yamashita. (AC)